

# Congresso só vota depois das eleições

RAIMUNDO PACCO

Depois de uma sessão polêmica e tumultuada, em que não se votou nada por falta de quórum — apenas 170 dos 495 deputados estavam presentes — o Congresso entrou às 16h de ontem em um “recesso branco” que só terminará depois das eleições. “Desistimos do esforço concentrado previsto para dez de setembro porque seria muito difícil os parlamentares comparecerem tão perto da eleição de três de outubro, e não convém expor a instituição”, explicou ontem o primeiro-vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PF). Nem Lula estava lá.

Oficialmente, o Legislativo funcionará com o esquema de plantões em lideranças partidárias, mas sem votar nenhuma matéria porque as sessões não terão ordem do dia. “Não podemos correr o risco de levar o Congresso à execução pública na véspera da eleição”, justifica Inocêncio. Irritados com a aprovação do veto presidencial à lei que indexava os salários, os petistas anteciparam o recesso obstruindo a sessão que examinaria a Medida Provisória 200.

“Uma sessão extra só pode ocorrer com a concordância de todos os líderes partidários. Como isto não ocorre, está encerrada a sessão”, disse o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ). “Sem política salarial não haverá revisão do orçamento, não haverá mais nada”, anunciava José Genoino, do PT, sob o lhar de censura dos 500 prefeitos que

acompanhavam a sessão com muito interesse, das galerias. E que uma emenda à MP 200, acolhida pelo relator da medida, destina 44 por cento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aos estados e municípios, quando toda a arrecadação, hoje, fica com o Governo Federal.

Quando a sessão do Congresso foi aberta, às 14h de ontem, não havia um único líder governista em plenário. Percebendo a ausência dos partidos que apóiam o Governo, as esquerdas (PT, PDT, PCB e PC do B) ainda tentaram uma última estratégia para aprovar o projeto de conversão do deputado Tidei de Lima (PMDB/SP) à MP 199, que trata da reposição salarial. Como o projeto amarra o abono de Cr\$ 3 mil para a faixa de até cinco mínimos à indexação dos salários, colocando as duas coisas em um único item, ficaria impossível para o Presidente vetar a indexação sem cancelar o abono.

Para apressar a votação antes da chegada dos líderes do Governo ao plenário, as esquerdas retiraram todas as emendas e destaques que haviam oferecido à MP 199, fazendo com que Nelson Carneiro colocasse a proposta para ser votada imediatamente. Com os líderes de esquerda para aprovar e sem um governista para pedir verificação de quórum, a matéria passaria por voto simbólico, de lideranças. O plano só foi frustrado pela presença de um assessor da liderança do Gover-

no que, sabendo que o líder Renan Calheiros (PRN/AL) estava no Senado, correu desesperadamente até lá e conseguiu que seu chefe chegasse suando ao plenário da Câmara, mas em tempo de evitar o desastre.

## DEBANDADA

No horário da sessão do Congresso que votaria ontem medidas provisórias e a revisão orçamentária, a maioria dos parlamentares preferiu trocar o caminho do plenário pelo do aeroporto. Dos 405 presentes na sessão noturna de anteontem, apenas 298 registraram presença ontem. Desse 298, apenas 170 ficaram em Brasília — um número insuficiente para a votação de qualquer matéria. “Aeroporto, por favor” foi a frase mais ouvida pelos taxistas que costumam circular pelas imediações do Congresso.

“Eu é que não vou esperar. Não vão votar nada mesmo”, afirmava o deputado Paulo Delgado (PT/MG), que se preparava para deixar o plenário antes do final da sessão, reclamando da estratégia do Governo de negar quórum às votações. A estrada que leva ao aeroporto ficou congestionada por oposicionista e governistas. O próprio Nelson Carneiro deu o exemplo. Saiu do plenário dizendo que estaria no gabinete, mas, quando os líderes partidários foram procurá-lo, momentos depois, já embarcara de volta para o Rio.